

Santa Catarina condiciona assinatura de rolagem à revisão da Portaria 502

por Márcia Quadros
de Florianópolis

Santa Catarina é mais um estado que, como o Rio de Janeiro, diz não pretender assinar a rolagem de parte de sua dívida com a União — Cr\$ 1,5 trilhão (US\$ 448 milhões dos US\$ 1,2 bilhão devidos no total) — se o governo federal não rever os critérios da Portaria 502. O impasse está na parte do refinanciamento da dívida mobiliária, onde a portaria prevê a troca de títulos estaduais com prazo máximo de cinco anos para resgate por títulos federais com prazos que variam de 0 a 20 anos, numa média de 10 anos.

O secretário da Fazenda e Planejamento, Fernando Marcondes de Mattos, disse ontem que esses títulos da União a serem recebidos pelo estado devem sofrer um deságio muito grande no mercado, acarretando um desembolso imediato, já na hora da transferência dos títulos, que pode chegar a Cr\$ 30 bilhões em Santa Catarina. "Nessas condições, não assinaremos a rolagem da dívida", afirmou.

O gerente da dívida no estado, João Carlos de Carvalho, explicou que se teme que esses títulos da União, por terem prazos muito longos de resgate, possam ser diferenciados ao serem refinanciados pelo mercado, até mesmo em favor de outros títulos federais com prazos mais curtos. "Isso penalizaria o estado com a cobrança de taxas adicionais, superiores aos outros títulos."

AUDIÊNCIA

A situação deve ser resolvida na próxima quinta-feira, dia 20, quando o secretário Marcondes Mattos tem nova audiência com o diretor da área de política

monetária do Banco Central, Pedro Luis Bodin de Moraes, em Brasília. Carvalho, o gerente da dívida no estado, lembra que há duas semanas já se encontrou com Bodin de Moraes, no Rio de Janeiro, e apresentou as dúvidas e propostas de Santa Catarina sobre a rolagem da dívida mobiliária. "Ficaram apenas algumas questões para serem definidas na reunião da semana que vem."

Segundo ele, a proposta catarinense é que o Banco Central garanta o refinanciamento dos títulos federais quando o mercado estiver operando com taxas muito altas, de forma a não onerar o estado.

A dívida mobiliária em questão é de US\$ 220 milhões — 49% do montante que o estado está tentando rolar agora com a União, de US\$ 448 milhões. A dívida total de Santa Catarina, entretanto, é de US\$ 1,2 bilhões, que será, com a assinatura do refinanciamento dos US\$ 448 milhões, beneficiada no alongamento do seu limite de pagamento. "Como as novas regras do governo para a rolagem da dívida dos estados prevêem que o pagamento desse débito não deve ultrapassar os 11% de sua receita líquida, teremos diminuído consideravelmente o comprometimento mensal nesse item", detalha Carvalho.

EXIGÊNCIAS

Ele lembra ainda que Santa Catarina não tem problema quanto ao tomador final, pois praticamente todos os títulos estaduais estão enquadrados nas exigências da Portaria 502. "Apenas 0,5% dos títulos, representando algo em torno de 2 bilhões, não estão nessa posição, o que é um nível muito baixo que não interfere nas negociações."